

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 17/2013

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA QUINZE DE JULHO DE DOIS MIL E TREZE

(Contém folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **Duarte Nuno Machado Veríssimo**-----
VEREADOR **Rui Miguel da Cunha Ataíde Bettencourt**-----
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins** -----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia quinze de julho de dois mil e treze realizou-se na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião ordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião, a qual teve início com a votação de atas, sendo que, em relação à ata n.º 6 o Vereador Fernando Dias questionou se a frase do 2º parágrafo, página 4 “abastecimento da lavoura nas Cinco Ribeiras” deveria explicar se as águas são tratadas ou não. A Presidente respondeu que são tratadas mas não têm que reunir os parâmetros das águas para consumo humano, acrescentando que existe um escalão único para gado e para consumo humano, funcionando o bom senso e que as lagoas de S. Bartolomeu apresentam uma qualidade muito superior à lagoa da Nasce Água, não necessitando grande tratamento. O Vereador Fernando Dias advertiu que a frase não fazia grande sentido. A Presidente sugeriu que a frase especificasse estar fora de questão a ligação direta à rede de consumo humano por serem águas tratadas. O Vereador Alonso Miguel perguntou se existiam valores de referência. A Presidente respondeu afirmativamente, dizendo que os assinou na semana passada, acrescentando que a água de nascente no concelho é de muito boa qualidade.-----

O Vereador Fernando Dias pediu igualmente esclarecimentos sobre a que se referia a frase “duas fases do projeto do Mercado Municipal”. A Presidente esclareceu que foi feito um projeto base e um projeto de execução. O projeto base apresenta, de forma muito genérica, o aspeto e algumas condições, enquanto o de execução já prevê áreas exatas e as funções específicas.-----

A Ata n.º 6 foi aprovada com duas abstenções das pessoas que não estavam presentes na reunião.-----

A Ata nº14 foi aprovada com as abstenções das pessoas que não estavam presentes na reunião.-----

No período de informações, a Presidente começou por dizer que a autarquia tinha sido convidada para o Festival do Alho em Guilroy, Estados Unidos, e, além da presidente das Sanjoaninas, deveria acompanhá-la o Vereador Hugo Rosa, mas como este estava

com dificuldades em confirmar, a Presidente poderia ter que ir no seu lugar, informando que tentaria reduzir ao máximo a estadia no evento.-----

Em seguida, fez alusão a uma notícia que dava conta que os Açores foram escolhidos como o destino preferido da Associação Europeia das Agências de Viagens para 2014, lembrando que, em dezembro deste ano, este organismo vai reunir em Angra do Heroísmo.-----

A Presidente mencionou ainda ter sido surpreendida pelo facto de, no próximo dia 22 de Julho, a Associação Portuguesa de Municípios com Centros Históricos comemorar os seus 25 anos e terem decidido fazer uma série de homenagens e entre elas um voto de louvor público a si pelo trabalho desenvolvido na preservação do património, informando que iria estar presente na cerimónia, em Lamego.-----

Sobre a questão levantada pelo Vereador Alonso Miguel, numa reunião anterior, em relação ao rebentamento de pneus resultante das arestas nos lancis dos passeios junto ao Pavilhão Multiusos, a Presidente referiu ter sido informada que os lancis são boleados nas arestas e o que poderá ter acontecido foi terem subido o passeio para estacionar, algo que já levou à danificação do muro e ao vazamento de pneus, provocado pelo embate no passeio. Quanto à existência de pedras soltas no Alto das Covas, junto ao acesso à Madres Deus, a Presidente declarou que o calceteiro da autarquia já corrigiu a situação. -----

Em relação à existência de uma lixeira junto à Canada da Cruz Dourada, São Mateus, a Presidente referiu que o fiscal da Câmara Municipal esteve no local e não encontrou nada, tendo falado com o presidente da Junta que lhe disse desconhecer o caso. O Vereador Alonso Miguel disse ter estado no local há cerca de um mês e que a lixeira estava lá, no caminho em frente à fábrica de blocos. -----

Na questão das atas, a Presidente explicou que a Azorwaves tinha cinco atas em falta, tendo sido combinada a entrega de uma por semana, mas o responsável da empresa tinha informado a autarquia que estava a fazer-las sozinho, pelo que não garantia o cumprimento dos prazos. A Presidente referiu ainda que Renato Gonçalves tinha três atas em atraso, ressaltando que o som de uma delas só lhe tinha sido disponibilizado nessa semana e recordando o executivo que a ata de 29 de Abril tinha ficado decidido

que seria feita internamente. O Vereador Alonso Miguel perguntou qual a razão do atraso na disponibilização do som. A Presidente respondeu que teve de ser editado.-----

Em seguida, a Presidente falou das floreiras na Rua da Sé, dizendo que já tinham sido colocadas.-----

Finalmente, a Presidente referiu que os relatórios de contas de 2012 já estavam todos disponíveis no Portal da autarquia e em relação à questão levantada sobre a entrega do relatório dos Revisores Oficiais de Contas (ROC) referente ao 2º semestre de 2012, a Presidente leu uma nota onde era referido que os ROC fazem a certificação das contas aquando da prestação que habitualmente acontece em Maio. O relatório intermedio é apresentando em Setembro ou Outubro, estando já agendada uma visita para dia 16 de Setembro. A Presidente acrescentou que os relatórios estavam a chegar em conformidade com os timings. O Vereador Fernando Dias pediu para ver a nota colocando dúvidas que o ano fiscal seja de Maio a Maio.-----

Período antes da Ordem do Dia

A Vereadora Teresa Valadão tomou a palavra para saudar a lavagem das ruas durante as Sanjoaninas, mas alertando para o facto de ter passado demasiado tempo entre o encerramento das tascas e o início da limpeza, o que levou a que as ruas do centro da cidade ficassem com um cheiro muito desagradável e os passeios conspurcados. A Vereadora alertou ainda para o facto de o centro da cidade ter sido palco, a partir das 4h00, de várias situações de alcoolismo e violência física e verbal, realçando que, apesar de ser a favor da animação da cidade, estes casos terem sido muito desagradáveis para os moradores, deixando o apelo às futuras comissões e executivos camarários para que transformem as festas num ato de civismo, evitando que as artérias do centro de Angra se tornem em casas de banho públicas.-----

A Presidente começou por lembrar que as Sanjoaninas terminaram na noite de sábado para domingo e a limpeza das ruas ficou combinado que seria feita no fim-de-semana, às 6h00. Como as ruas ficaram de tal maneira sujas, a primeira lavagem não teve grande resultado pelo que a autarquia mandou vir um produto novo do continente para se proceder a uma segunda limpeza, que foi feita no fim-de-semana seguinte por causa

do trânsito, do comércio e também porque os Serviços Municipalizados têm outras funções e conseguir articular os horários não foi fácil, explicou.-----

Em relação aos problemas de deslocar a festa para a cidade, a Presidente disse ser impossível controlar dezenas de milhares de pessoas, mas aludiu ao facto das Sanjoaninas serem sistematicamente consideradas como um evento pacífico, apesar das situações reportadas. A acumulação de lixo e o barulho são inerências daquilo que a maioria referiu como o melhor da festa - a animação do centro da cidade - defendeu a Presidente, admitindo que é complicado equilibrar as festividades com as queixas dos moradores.-----

A Vereadora Teresa Valadão prosseguiu a sua intervenção com uma série de pedidos de esclarecimento, o primeiro procurando saber o ponto de situação das obras na marginal da cidade, referindo ter recebido muitas queixas devido ao encerramento daquele troço. A Presidente explicou que a Câmara Municipal contactou o fiscal tendo este informado que, formalmente, a obra nunca cessou, sofreu sim um abrandamento significativo e neste momento já retomou com maior ritmo, tendo a Presidente acrescentado ter ficado, como a maioria das pessoas, com a ideia que a obra parou. O Vereador António Ventura interveio para dizer que a obra ainda estava parada. A Presidente retorquiu que já havia movimento e que poderiam acontecer duas coisas, ou um prolongamento no tempo ou mais mão-de-obra para compensar o que se perdeu, informando que iria enviar um ofício à Associação dos Portos a solicitar esclarecimentos.-----

Em seguida, aludindo a uma reportagem da RTP Açores, a Vereadora Teresa Valadão alertou para a quantidade de comerciantes que têm vindo a abandonar o Mercado Duque de Bragança, questionando se aquele espaço estava destinado ao abandono. A Presidente disse não ter visto a reportagem em causa, mas que o caso se prende com um comerciante que tinha por hábito confeccionar produtos na sua bancada, ligando um fogão à tomada, situação proibida pelo regulamento e que foi denunciada por outros comerciantes. Apesar das queixas continuou a fazê-lo provocando um excesso de consumo de energia mas que nunca levou a que ficasse sem eletricidade. A Presidente explicou que a autarquia enviou os eletricitas ao mercado para aumentarem a capacidade das tomadas de forma a não prejudicar os outros vendedores, realçando que o comerciante não tem legitimidade para reclamar.-----

Quanto ao mercado estar desertificado, a causa, segundo a Presidente, é a mesma que levou a que as Sanjoaninas fossem no centro da cidade, a crise económica que tem levado ao encerramento de vários espaços comerciais. No entanto, frisou, no mercado as rendas são muito mais baixas, na ordem dos 20 a 25 euros mensais, dizendo que as marchas vindas de S. Miguel têm expressado surpresa pela vitalidade que o comércio da cidade ainda apresenta quando comparado com a sua ilha. O Vereador António Ventura disse que é preciso ter em conta a dimensão das cidades. A Presidente respondeu que quanto mais pequenas mais comércio fecha, dizendo que apesar disso, Angra tem tido muitos estabelecimentos a fechar e que contrariar essa tendência é uma prioridade. A Presidente lembrou ainda que a obra mais cara prevista pela autarquia é a remodelação do Mercado Municipal que vai criar novas condições para aquele espaço, referindo que pretende mante-lo no centro da cidade. O Vereador António Ventura perguntou quanto já se gastou na obra. A Presidente disse que o projeto base custou 20 mil euros.-----

A Vereadora Teresa Valadão quis também saber como iriam funcionar as viagens entre a Polónia e a Terceira. A Presidente informou que as viagens já tinham começado no final de Junho com entrada pela Terceira e saída por S. Miguel ou vice-versa. O Vereador Alonso Miguel perguntou se as viagens não eram só para a Terceira. A Presidente disse já te esclarecido esse assunto em reunião, mas que o acordo com o operador turístico previa a entrada por uma ilha e saída pela outra, com a permanência de três ou quatro dias em cada uma. O Vereador Alonso Miguel afirmou que mais valia serem voos diretos para a Terceira. A Presidente disse que os voos são diretos realçando que a Câmara Municipal não tem qualquer encargo financeiro, é tudo assumido pelo operador turístico.-----

Finalmente, a Vereadora Teresa Valadão mencionou o convite da Presidente para estar presente numa sessão sobre a Igualdade, dizendo não poder ser palestrante por um motivo de ordem pessoal. A Vereadora expressou ainda o seu desconforto por estar a terminar a sua presença no executivo e, depois de se ter disponibilizado voluntária e gratuitamente, em Agosto de 2012, para desenvolver um trabalho tendo em conta o seu Mestrado em Estudos sobre Mulheres, nada ter sido feito, vincando que poderia ter feito o trabalho com o máximo de prazer e sem promoção pessoal e avisando que não iria

ficar em silencio se tivesse conhecimento de mais notas internas que aludissem ao facto de ser incompetente, referindo que iria apresentar a situação por escrito. A Presidente anotou a intervenção, dizendo achar que se tratou de uma confusão e que foi ela própria que pediu para que a Vereadora Teresa Valadão fosse contactada para aferir do seu interesse em participar neste workshop, realçando não haver problema nenhum em que a Vereadora não estivesse presente.-----

O Vereador Alonso Miguel lembrou que em reuniões recentes tinha falado na atribuição das casas de habitação social, sendo que a resposta dada é que estava para breve, mas as pessoas ainda estavam à espera. A Presidente concordou que já deveriam ter sido entregues, mas que se estava a terminar o seu arranjo. O Vereador Alonso Miguel lembrou que há um mês a resposta foi a mesma. A Presidente justificou-se com a deslocação de recursos humanos para as zonas balneares e a organização das Sanjoaninas, dizendo que se iria entregar rápido. O Vereador Alonso Miguel disse precisar de uma noção concreta do que seria o rápido, porque se as casas não fossem entregues agora entrava-se num período eleitoral e acabaria por ser esquisito. A Presidente lembrou que não fazia cerimónias de entrega de chaves. O Vereador Alonso Miguel disse que já várias pessoas lhe perguntaram porque é que as casas não foram entregues. A Presidente assumiu que a autarquia não teve capacidade de recursos humanos para terminar os arranjos, dizendo sentir o mesmo desconforto do Vereador e que, efetivamente, era muito difícil justificar o atraso às pessoas. O Vereador Alonso Miguel realçou que as pessoas pediram as casas porque tinham necessidades e entretanto passaram seis meses desde a data de atribuição, tendo concluído não fazer sentido entregar junto das eleições.-----

A Presidente sugeriu que, caso quisessem fazer uma cerimónia de entrega das chaves, esta fosse feita por todo o executivo, acrescentando faltarem pormenores muito pequenos e que até ao final do mês as casas teriam que ser entregues sob pena de isso refletir uma imagem de incapacidade da autarquia. O Vereador Fernando Dias disse que o fundamental era entregar as casas pois havia muita gente aflita, tendo o Vereador Alonso Miguel acrescentado que as pessoas não entendem que faltando pouco, não se acabem os trabalhos. O Vereador Fernando Dias perguntou se os trabalhos não seriam feitos através de uma empreitada. A Presidente disse que só uma parte seria por empreitada, os trabalhos mais pequenos eram da responsabilidade da autarquia e que as casas seriam entregues à medida que ficavam prontas. O Vereador Fernando Dias

revelou que várias pessoas lhe disseram que passaram nas casas e não viram lá ninguém, reforçando a ideia que o processo teria que ficar concluído até final do mês. A Presidente acrescentou que deveria ter sido concluído há dois meses mas que são sempre os mesmos recursos humanos a fazer tudo e que embora as casas sejam prioritárias, tratou-se de um período de muitas tarefas, sendo difícil chegar a tudo. O Vereador Fernando Dias perguntou se a parte da empreitada não podia já ter terminado. A Presidente disse que o atraso se deveu a uma alteração ao orçamento que teve de ser feita. O Vereador Fernando Dias alertou para o facto de existirem pessoas em risco de ser internadas por causa desta situação.-----

O Vereador Alonso Miguel alertou para uma questão de saúde pública em S. Bartolomeu, onde a existência de caixotes de lixo a céu aberto estava a dar azo à presença constante de ratazanas naquele local. O Vereador defendeu que se deveriam fechar os agueiros de forma a não criar condições para a propagação dos ratos. A Presidente disse desconhecer o caso, garantindo que iria procurar saber o que se passava.-----

O Vereador Alonso Miguel pediu esclarecimentos sobre o regime de acesso dos jornalistas ao estacionamento público. A Presidente esclareceu que estes profissionais têm um dístico que deve ser colocado nas viaturas quando estão em serviço, mas que a autarquia combinou com a empresa responsável permitir o estacionamento isento pois é difícil averiguar ou justificar que um jornalista sempre parado no mesmo local, se está ou não em serviço. Desta forma, referiu, os vários órgãos de comunicação social enviaram matrículas que foram introduzidas no sistema informático de forma a serem isentas do pagamento de estacionamento. O Vereador Alonso Miguel perguntou se esse número foi pré determinado. A Presidente respondeu que variou consoante o tamanho do órgão de comunicação social. O Vereador Alonso Miguel deu conta de um caso de uma jornalista que, apesar de ter o dístico, já teria sido multada várias vezes. -----

De seguida, o Vereador Alonso Miguel perguntou se tinha dado entrada algum pedido de empréstimo de carros alegóricos por parte de uma comissão de festas dos Altares. A Presidente disse não se lembrar de nenhum pedido dessa ordem, referindo que a autarquia não tem estruturas desse tipo para emprestar. O Vereador Alonso Miguel

defendeu que essa justificação deveria ter sido dada às pessoas e que ele tinha sido informado que o assunto seria discutido na presente reunião. A presidente referiu que a Câmara tem por hábito emprestar tudo o que pode e que esse caso possivelmente se encontrava em fase de recolha de informação. -----

O Vereador Alonso Miguel questionou o estado da obra do saneamento básico em Santa Luzia. A Presidente disse que já tinha arrancado, tendo um prazo de conclusão de 12 meses. O Vereador Alonso Miguel perguntou se a obra estava prevista arrancar nesta data. A Presidente esclareceu que só começou agora porque a empresa teve dificuldades em reunir os comprovativos bancários, pelo que a autarquia teve que esperar que o Tribunal de Contas se pronunciasse, acrescentando que da parte da autarquia estava tudo pronto para começar em Dezembro.-----

O Vereador Fernando Dias pediu uma cópia da documentação que a Câmara Municipal iria enviar para o Tribunal de Contas referente à Associação Cultural Angrense. A Presidente referiu que o dossier está a ser preparado e deverá ser entregue até dia 15 ou 30 de Setembro.-----

O Vereador Fernando Dias quis depois saber o ponto da situação da Casa da Roda. A Presidente disse-lhe que não houve evolução, o processo estava a ser preparado para lançamento de novo concurso.-----

Período da Ordem do Dia

DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 3754 – Pedido efetuado por **José Carlos Pontes dos Santos**, com vista à suspensão de trânsito na Estrada Regional n.º 1 de 1ª (entre a Canada das Cales e a Estrada do Rego), freguesia dos Altares, no período de 31 de agosto a 6 de setembro de 2013, das 20:00 à 01:00 horas e no dia 3 de setembro de 2013, das 12:30 às 16:30 horas, destinada à realização dos festejos em honra de Nossa Senhora de Lurdes, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.---

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, da Secretaria Regional do Turismo e Transportes bem como do Diretor do Departamento da Unidade de Urbanismo. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3757 – Pedido efetuado pela **Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo**, com vista à suspensão de trânsito, no Largo Prior do Crato, Rua da Esperança, Rua da Sé, Rua Carreira dos Cavalos, Rua da Rosa, Rua Recreio dos Artistas, Rua da Sé, Praça Velha e Rua Direita, freguesia da Sé, no dia 16 de julho de 2013, das 18:30 às 19:30 horas, destinada à realização da procissão de Nossa Senhora do Carmo, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento da Unidade de Urbanismo.- **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-

Ent. 3767 – Pedido efetuado por **Paulo Henrique Mendes Valadão**, com vista à suspensão de trânsito, na Estrada Regional n.º 1 de 1ª – Largo do Raminho, freguesia do Raminho, no período de 24 a 29 de agosto de 2013, das 20:30 às 00:30 horas e dia 25 de agosto de 2013, das 16:00 às 20:00 horas, destinada à realização dos festejos em honra do Sagrado Coração de Jesus, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, bem como do Diretor do Departamento da Unidade de Urbanismo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3778 – Pedido efetuado por **Rui Miguel Pacheco Aleixo**, com vista à suspensão de trânsito, na Ladeira da Pateira – Grota do Medo, freguesia do Posto Santo, no período de 19 a 22 de julho de 2013, das 21:00 à 01:00 horas, destinada à realização dos festejos em louvor do Divino Espírito Santo, para autorização do órgão executivo, nos

termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, bem como do Diretor do Departamento da Unidade de Urbanismo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3849 – Pedido efetuado por **Susana Brum Martins Pamplona**, com vista à suspensão de trânsito, na Rua Dr. Nogueira Sampaio, freguesia de Santa Luzia, no dia 19 de julho de 2013, das 8:00 às 12:00 horas, destinada ao abate de uma árvore, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento da Unidade de Urbanismo. **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3853 – Pedido efetuado por **Soraia Alexandra Machado Ferreira**, com vista à suspensão de trânsito, no Largo de São Bento, freguesia de Bento, no período de 12 a 16 de julho de 2013, das 20:45 às 00:45 horas, destinada à realização dos festejos em louvor do Divino Espírito Santo, para ratificação do ato praticado pela Presidente desta Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Ent. 3858 – Pedido efetuado pela **Irmadade do Divino Espírito Santo do Império dos Inocentes da Guarita**, com vista à suspensão de trânsito, na Rua da Guarita e parte da Canada do Barreiro, freguesia da Conceição, no dia 18 de julho de 2013, das 18:30 à 01:00 horas e nos dias 19 e 22 de julho de 2013, das 20:00 à 01:00 horas, destinada à realização dos festejos em louvor do Divino Espírito Santo, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento da Unidade de Urbanismo. **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.--**

Ent. 3859 – Pedido efetuado por **José António Brasil do Couto**, com vista à suspensão e condicionamento de trânsito, na Vila de São Sebastião, na Rua Direita e parte da Rua da Praça (suspensão), no período de 23 a 28 de julho de 2013, das 20:30 às 00:30 horas e na Rua da Misericórdia e Rua Fria (condicionamento), nos dias 24, 27 e 28 de julho de 2013, das 17:00 às 21:00 horas, destinadas à realização dos festejos em honra de Sant’Ana, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março. -----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, bem como do Diretor do Departamento da Unidade de Urbanismo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 3933 – Pedido efetuado por **Nuno Miguel Santos Vitória**, com vista à suspensão de trânsito, na Canada da Serra - Veredas, freguesia da Terra Chã, no dia 27 de julho, das 16:00 às 18:00 horas, destinada à realização de uma corrida de carros de ladeira, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.---

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento da Unidade de Urbanismo. **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido. -**

Suspensão/condicionamento de Trânsito/Isenção de taxa

Ent. 3876 – Pedido efetuado pelos **Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo**, com vista à suspensão e condicionamento de trânsito na Rua de Baixo de São Pedro, freguesia de São Pedro, com início no dia 29 de julho de 2013, por um prazo previsível de 2 meses, destinada à execução de trabalhos na rede de drenagem de águas pluviais, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento da Unidade de Urbanismo. --

Solicita ainda a isenção da taxa a cobrar pela emissão do respetivo alvará, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas.-----

O valor da taxa a pagar é de €13,60 (treze euros e sessenta cêntimos). - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido e deliberou isentar as devidas taxas na sua totalidade.**-----

IV Grande Prémio de Ciclismo da Ilha Terceira

Ent. 3839 – Pedido de licenciamento para a realização do IV Grande Prémio de Ciclismo da Ilha Terceira, efetuado pela **Associação Fontinhas Activa**, o qual terá lugar nos dias 19, 20 e 21 de julho de 2013, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, da Direção Regional do Ambiente, da Câmara Municipal da Praia da Vitória, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Licença de Recinto Improvisado

Ent. 3706 – Pedido de licença de recinto improvisado, efetuado pela **Jaçor – Juventude dos Açores**, destinada à realização do Festival Azure 2013, no período de 18 a 20 de julho de 2013, das 19:00 às 4:00 horas da manhã, numa tenda (Chill Out) instalada na zona balnear do Negrito, freguesia de São Mateus da Calheta, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro. -----

O Vereador Fernando Dias alertou para o facto dos artigos 3 e 4 mencionarem a necessidade de apresentação de um conjunto de documentos, nomeadamente planos de emergência e de evacuação, mas não existir nenhuma evidência de que estes foram

apresentados. A Presidente referiu que a autorização é sempre sujeita à existência desses documentos. O Vereador Fernando Dias defendeu que devia estar mencionado no SGD que foram apresentados e que o pedido podia ser aprovado.-----

- A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.-----

Ent. 3708 – Pedido de licença de recinto improvisado, efetuado pela **Jaçor – Juventude dos Açores**, destinada à realização do Festival Azure 2013, no período de 18 a 20 de julho de 2013, das 19:00 às 4:00 horas da manhã, numa tenda (zona verde) instalada na zona balnear do Negrito, freguesia de São Mateus da Calheta, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.-----**

Isenção de Taxas

Ent. 3712– Pedido de isenção de taxas, efetuado pela **Jaçor – Juventude dos Açores**, referente à licença especial de ruído e licenças de recinto improvisado, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas.-----

O valor das taxas a pagar é de:-----

licença especial de ruído €13,60 (treze euros e sessenta cêntimos); e licença de recinto improvisado €13,42 (treze euros e quarenta e dois cêntimos) cada. **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as devidas taxas na sua totalidade.--**

Ent. 3915 – Pedido de isenção de taxas, efetuado pelo **Sport Clube Barbarense**, referente à licença especial de ruído, licença de venda ambulante de bebidas e alimentos, vistoria à instalação provisória destinada à venda ambulante e licença de alargamento do horário de funcionamento da venda ambulante, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas.-----

O valor das taxas a pagar é de:-----

Alargamento do horário - €13,42-----

licença especial de ruído €13,60 (treze euros e sessenta cêntimos);-----

Vistoria à instalação provisória da venda ambulante - €24,10 (vinte e quatro euros e dez cêntimos);-----

Licença de venda ambulante de bebidas e alimentos por ocasião de festividades €13,60 (treze euros e sessenta cêntimos); e-----

licença de alargamento do horário de funcionamento da venda ambulante €13,42 (treze euros e quarenta e dois cêntimos);-----

O Vereador Fernando Dias perguntou quanto tempo durava o evento. A Presidente respondeu que era uma festa isolada para sócios com a duração de um dia, colocando à apreciação do executivo se deveriam isentar na totalidade ou a 50%. O Vereador Fernando Dias perguntou qual tinha sido a prática para estes casos. A Presidente recomendou isentar a 50% pois trata-se de uma festa com receitas e não de uma instituição sem fins lucrativos. O Vereador Fernando Dias venceu que se tratava de uma licença para um ato isolado.-----

A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as devidas taxas em 50% do seu valor.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Cedência de palco

Ent. 3920 - Pedido da **Junta de Freguesia do Posto Santo** para cedência de um palco, para a realização das festas de verão em louvor do Divino Espírito Santo, para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Cedência de tenda

Ent. 3956 - Pedido da **Comissão das Festas de Sant' Ana da Vila de São Sebastião**, para cedência de uma tenda para realização das mesmas festas, para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º

169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, indeferiu este pedido, em virtude da tenda em causa estar a ser utilizada na Festa do Emigrante.**-----

Cedência de transporte

Ent. 3723 - Pedido do **Centro Social da Ladeira Grande**, para transporte de um grupo de idosos nos dias 11 de julho e 5 de setembro. Para ratificação quanto ao ato praticado pela presidente da Câmara e para autorização no que se refere ao transporte no dia 5 de setembro, nos termos dos artigos 64.º n.º 4, alíneas a) e b) e 68.º n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

O Vereador Alonso Miguel perguntou quantas pessoas fazem parte deste grupo. A Presidente respondeu que seriam mais do que a capacidade da carrinha da Câmara mas que as freguesias e casas do povo transportariam as restantes. O Vereador Alonso Miguel referiu que a data do evento, a 5 de Setembro, seria numa altura chata para este tipo de coisas. A Presidente defendeu que estava no direito dos Vereadores indeferirem o pedido mas que a autarquia não podia parar por causa das eleições e que deviam continuar a agir de acordo com as suas convicções.-----

– **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela Presidente quanto ao dia 11 de Julho e autorizou o pedido para o dia 5 de setembro.**-----

Cedência de passadeira – ratificação

Ent. 3207 - Pedido da **Comissão das Festas de Santo António da Freguesia da Ribeirinha**, para cedência de 20 metros de passadeira para aquelas festividades. Para ratificação do órgão executivo municipal nos termos dos artigos 64.º n.º 4, alíneas a) e b)

e 68.º n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Pedidos de apoio

Ent. 3681 – Ofício n.º 68/13, datado de 21 de junho de 2013, da **Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha**, solicitando apoio, tendo em vista a deslocação daquela Filarmónica a Oliveira de Barcelos, de 13 a 20 de agosto. Para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

A Presidente declarou existirem imensos pedidos de apoio para deslocações, dizendo que se tornava complicado estar a apoiar tudo mas por outro lado seria difícil fechar completamente os olhos, pelo que a proposta seria de ajudar em duas passagens e deixando ao critério dos Vereadores para situações que achassem que se devesse apoiar mais ou menos. O Vereador Alonso Miguel defendeu que se deveria encontrar um critério homogéneo, perguntando se não seria possível estabelecer um protocolo com a SATA. A Presidente esclareceu que os valores feitos à autarquia são fixos e resultaram de um concurso, pelo que este era o melhor preço possível visto que as passagens do continente para a Terceira são mais elevadas. O Vereador Alonso Miguel considerou o valor das viagens para Lisboa muito elevado. A Presidente informou-o que muitas vezes por este valor fixo as pessoas conseguem converter duas passagens em três ou quatro.-----

– **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio consubstanciado na atribuição de duas passagens aéreas, no valor de €590,74.**-----

Ent. 3805 – Ofício datado de 2 de julho de 2013, da **Associação Terceirense de Caçadores**, solicitando apoio tendo em vista a deslocação dos associados Miguel Toste Parreira e José Pedro Martins Pacheco a Ponte de Lima, a fim de participarem na Prova de Santo Huberto do Campeonato Nacional. Para deliberação do órgão executivo

municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

O Vereador Alonso Miguel expressou dúvidas pelo facto de esta Associação ter pedido um apoio há cerca de um mês para quatro passagens e lhe ter sido dada uma e agora pedirem duas e ser dado o apoio na totalidade. A Presidente esclareceu que o primeiro pedido de apoio foi para a deslocação do júri a uma prova na Terceira e que aí dois angrenses ficaram apurados para a prova nacional e que é para essa prova que estavam a pedir agora apoio colocando ao critério dos Vereadores o que fazer. O Vereador Fernando Dias referiu que caso só apoiassem com uma passagem poderiam impossibilitar a participação do outro atleta. A Presidente destacou não ter qualquer tipo de compromisso para dar o apoio completo.-----

- A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio consubstanciado na atribuição de duas passagens aéreas, no valor de €590,74.-----

Ent. 3181 - Pedido da **Comissão de Festas de Santo António de São Mateus da Calheta** para cedência de várias estruturas, tendo em vista a realização daquelas festividades, para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.- **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou ceder a alcatifa, os vasos, os quiosques retangulares, bem como a fachada da casa tradicional.-----**

Relativamente aos quiosques hexagonais e ao palco, os mesmos não podem ser cedidos por estarem reservados para o Cofit.-----

Ent. 3330 – Ofício datado de 3 de junho de 2013 da **Junta de Freguesia da Ribeirinha** solicitando a cedência de 25 m3 de betão tendo em vista a regularização de uma linha de água para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4,

alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Vereador Alonso Miguel perguntou qual a rua em causa. A Presidente disse ser na Macela e visa corrigir a linha de água. O mesmo Vereador perguntou se existe projeto para a obra, tendo a Presidente esclarecido que para este tipo de intervenção não é obrigatório fazê-lo. Por último, o Vereador Alonso Miguel perguntou se o arruamento em questão era municipal e se seria fiscalizado ao que a Presidente respondeu que seria articulado com os serviços camarários.--

– **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou ceder o betão solicitado, no valor de €1 700,00 (IVA incluído).**-----

Empreitada de Reabilitação e Criação de Arruamentos – Pacote 4 – prestação de esclarecimentos - ratificação

Ent. 766 – Pedidos de esclarecimentos efetuados pelos interessados **CRUZ LEAL, TECNOVIA E SOMAGUE** no âmbito da Empreitada de Reabilitação e Criação de Arruamentos – Pacote 4. Para ratificação do despacho de autorização de prestação dos esclarecimentos solicitados proferido pela Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 64.º do CCP, do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Classificação como interesse municipal do imóvel sito à Rua da Sé, n.ºs 71 a 85

Ent. 1654 – Informação da **Unidade de Promoção Municipal e Cultura** n.º UPMC-PC-2, de 3 de junho do corrente, com o propósito da classificação como de interesse municipal do imóvel sito à Rua da Sé, n.ºs 71 a 85. O registo encontra-se munido de parecer favorável da Direção Regional da Cultura. Para deliberação do órgão executivo nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.- **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o pedido e deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo**

Regional n.º 29/2004/A, de 24 de agosto.-----

Cessão da posição contratual – limpeza das zonas balneares

Ent. 903 - Cessão da posição contratual da **Madalena Limpezas** a favor da RegressoPrometido – Unipessoal, Lda., no âmbito do contrato de serviços de limpeza das zonas balneares para a época balnear do corrente ano, para conhecimento do órgão executivo municipal uma vez que o mesmo órgão emitiu parecer favorável relativamente à contratação desta prestação de serviços, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei do Orçamento do Estado para 2013. – **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.**-----

Cessão da posição contratual – limpeza das Sanjoaninas 2013

Ent. 2821- Cessão da posição contratual da **Madalena Limpezas** a favor da RegressoPrometido – Unipessoal, Lda., no âmbito do contrato de serviços de limpeza das Sanjoaninas 2013, para conhecimento do órgão executivo municipal uma vez que o mesmo órgão emitiu parecer favorável relativamente à contratação desta prestação de serviços, nos termos do artigo 75.º, n.ºs 4 e 10 da Lei do Orçamento do Estado para 2013. – **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.--**

Relatório de auditoria do ROC – Revisor Oficial de Contas – Culturangra, EEM

Ent. 3031 - Relatório semestral, do auditor externo, sobre a situação económico e financeira da **Culturangra, EEM**, referente ao 2º semestre de 2012, emitido nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 48º da Lei das Finanças Locais. Para conhecimento do órgão executivo e remessa ao órgão deliberativo do Município. -----

O Vereador Fernando Dias alertou para o facto de na página 8 do relatório ser feita referencia a cobranças duvidosas no valor de 144 mil 530 euros das quais 107 mil 386

euros são perda completa que o próprio ROC já deu como não recuperáveis. Perante isto, o Vereador perguntou se não haveria nenhuma hipótese de recuperar esta verba. A Presidente respondeu que se trata essencialmente de espaços arrendados que estão em tribunal ou em processo de negociações. -----

O Vereador Fernando Dias mencionou igualmente que na página 12 há um valor por recuperar do Grupo Folclórico e Etnográfico “**Memórias da Nossa Gente**” no valor de 2500 euros tendo já sido recuperados 12 mil euros e alertou para o facto de na página 16 existir uma parcela mal somada, pelo que o valor correto do corte em despesas com pessoal é de 8,7 %.-----

– **A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou submeter o documento à Assembleia Municipal.** -----

Relatório de Gestão de Contas – 1.º trimestre 2013 – Teramb, EM

Ent. 3907 – Ofício n.º 83/2013, de 26 de junho de 2013, da **Teramb, EM**, remetendo o Relatório de Gestão de Contas, respeitante ao 1.º trimestre de 2013, para conhecimento do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 42.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

Fora da Agenda

DELIBERAÇÕES LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

Isenção de Taxas

Ent. 3989 – Pedido de isenção de taxa, efetuado pelo **COFIT – Comité Organizador de Festivais Internacionais da Ilha Terceira**, referente à ocupação da via pública com um contentor, numa área de 14,10 m², na Praça Almeida Garrett, freguesia da Conceição, destinado à descarga de material de logística para o festival, no dia 19 de julho de 2013,

para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. – O valor da taxa a pagar é de € 12,69 (doze euros e sessenta e nove cêntimos). - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar a devida taxa na sua totalidade.**-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Cedência do pequeno auditório do Centro Cultural e de Congressos

Ent. 4040 - Pedido da **Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores** para a cedência do pequeno auditório para a realização de uma sessão de esclarecimentos sobre programas de emprego na Região, para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Cedência de rádios e carrinha – IV GP Ciclismo de Estrada da Ilha Terceira

Ent. 3982 - Pedido da **Associação Fontinhas Activa** para a cedência de rádios e de uma carrinha para apoio ao IV GP Ciclismo de Estrada da Ilha Terceira, que terá lugar nos dias 19, 20 e 21 de julho, para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Cedência de gerador

Ent. 4010 - Pedido da **Junta de Freguesia da Ribeirinha** para a cedência de um gerador para a inauguração da zona de lazer daquela freguesia, que terá lugar no dia 27 de julho, para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º

5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Cedência de tenda

Ent. 3837 - Pedido da **Associação de Artesãos do Espírito Santo**, para a cedência, montagem e desmontagem de uma tenda para a realização de uma exposição durante as festas da Praia da Vitória, para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou o empréstimo da tenda, sendo os custos de transporte e montagem a cargo da requerente.**-----

Pedidos de apoio

Ent. 1393 – Ofício n.º 5/2013, datado de 22 de fevereiro de 2013, da **Junta de Freguesia do Raminho**, solicitando apoio para o projeto do Grupo de Jovens daquela Freguesia “Uma Mão Amiga”. Para autorização do órgão executivo nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio no valor de €685,00.**-----

Ent. 2293 – Carta do **Grupo Folclórico “Memórias da Nossa Gente”**, solicitando um apoio em seis passagens aéreas, tendo em vista a deslocação daquele Grupo a Coimbra, a fim de participar num festival de folclore. Para autorização do órgão executivo nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio financeiro no valor correspondente a duas passagens aéreas - €590,74.**-----

Ent. 3924 – E-mail datado de 8 de julho de 2013, da **Associação para a Ciência de Desenvolvimento dos Açores**, remetendo um pedido de apoio para a realização do I Congresso de Ciência e Desenvolvimento dos Açores. Para autorização do órgão executivo nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio no valor de €250,00.**-----

Ent. 1207 – Ofício n.º 32/2013, datado de 25 de fevereiro de 2013, da **Junta de Freguesia de Terra Chã**, solicitando apoio para remodelação total do portão do cemitério daquela Freguesia. Para autorização do órgão executivo nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Presidente explicou que os dois pedidos, em conjunto, totalizavam um valor de 8 ou 9 mil euros tendo falado com o presidente da Junta a fim de o sensibilizar para esse facto e saber qual dos dois preferia. O presidente da Junta propôs que lhe fosse concedido o apoio da Ent.1260-----

– **A Câmara Municipal, por unanimidade, indeferiu este pedido, tendo em conta o apoio a atribuir constante do SGD 1260.**-----

Ent. 1260 – Ofício n.º 33/2013, datado de 27 de fevereiro de 2013, da **Junta de Freguesia de Terra Chã**, solicitando apoio para proceder a pinturas no Campo de Férias, respetivos anexos, muros e praça de toiros. Para autorização do órgão executivo nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio no valor de €2 000,00.**-----

Angrajazz – pedido de apoio

Ent. 3935 – Ofício da **Associação Cultural Angrajazz**, datado de 4 de julho de 2013, solicitando o apoio/transferência para a conta daquela Associação do valor de €12 376,74, correspondente a despesas de funcionamento da Orquestra, nomeadamente, €5 224,74 relativos ao ano de 2011 e €7 152,00 relativos a 2012. Para autorização do órgão executivo nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

A Presidente explicou que anteriormente a autarquia apoiava a Orquestra Angrajazz com um valor fixo e depois cobria os valores negativos, prática que foi alterada este ano, passando a haver apenas um apoio único, sendo que os valores agora apresentados reportavam-se a 2011. O Vereador Alonso Miguel perguntou qual o apoio dado em 2012. A Presidente respondeu que foi de 20 mil euros mais 12 mil para cobrir o negativo num total de 32 mil euros, acrescentando que para 2013 o valor seria de 30 mil euros sem cobertura posterior. O Vereador Alonso Miguel questionou se mesmo com a receita da bilheteira o festival dava tanto prejuízo. A Presidente disse que sim, que se tratava de um evento caro mas que se consegue fazer com uma participação muito baixa por parte da autarquia. O Vereador Fernando Dias acrescentou que é um evento caro em termos de custos diretos mas em termos de proveitos indiretos vale a pena, embora dizendo que esta questão de 2011 já devia ter sido resolvida. A Presidente respondeu que se tratava de uma situação pendente em que a Câmara Municipal pediu relatórios para saber em que termos se podiam fazer os pagamentos. -----

– A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar este pedido.--

Empreitada da intervenção de emergência nos arruamentos municipais danificados pelo mau tempo de 14 de março – GROTA DO TAPETE

Ent. 1146 - Informação do **Diretor de Departamento** com competência subdelegada no sentido de se proceder a uma adjudicação por ajuste direto. Vem devidamente acompanhada da fundamentação de facto e de direito nos termos do disposto nos artigos 23.º e 24.º (alínea c), nº1) do Código dos Contratos Públicos. -----

A Presidente começou por dizer que o projeto está orçamentado em 1 251 250, 70 euros mais IVA num total de 1 301 305,93 euros, acrescentando que de todas as empresas com alvará as que têm maior capacidade para executar a obra seriam a Somague e a Tecnovia e, atendendo que irá indicar que a segunda empreitada seja adjudicada à Tranjet e que as outras empresas têm todas obras adjudicadas pela autarquia, propôs ao executivo que seja feito um ajuste direto à Somague-Ediçor, pois é a que apresenta maior capacidade e a única que ainda não tem obras camarárias lembrando o critério de distribuição dos trabalhos levado a cabo pela autarquia. -----

O Vereador Fernando Dias perguntou se a Presidente tinha falado com o Vereador António Ventura sobre esta matéria. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador Fernando Dias lembrou que o PSD tinha apresentado uma proposta para atribuir estas obras a empresas locais. A Presidente realçou que todas estas empresas têm delegações na Terceira e que empregam entre 200 a 300 pessoas, um aspeto muito importante a ter em conta, e que assim todas elas ficariam com trabalhos entregues pela Câmara Municipal. O Vereador Fernando Dias perguntou se esse procedimento era possível. A Presidente disse que a lei permite e além disso, o ajuste direto seria alvo de um visto do Tribunal de Contas pelo que ficariam salvaguardados.-----

– A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, aprovou o projeto, o convite e caderno de encargos propostos e autorizou a despesa bem como a abertura do procedimento, devendo adotar-se o ajuste direto com convite apenas à Somague-Ediçor.-----

Concurso público para adjudicação da empreitada de construção da nova escola do ensino básico de Santa Bárbara

Ent. 660 - Presente o relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, para decisão sobre a aprovação de todas as

propostas contidas no relatório final e para adjudicação, conforme proposto, nos termos do artigo 148.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos. –

O Vereador Alonso Miguel interveio para dizer que este tipo de adjudicação já deveria ter sido feita há muito tempo mas foi atrasada devido há frequência eleitoral. A Presidente concordou.-----

A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou as propostas em causa e deliberou adjudicar a empreitada à empresa Cruz Leal, nos termos do relatório final.-----

Proposta para atribuição de Votos de Louvor aos funcionários Francisco Luís Ribeiro Gomes, José Maria Ferreira Botelho e Manuel dos Santos da Silva Machado Pires

Ent. 1156 – Proposta do **Presidente da Câmara em exercício**, datada de 8 de julho corrente, no sentido do Município atribuir Votos de Louvor aos funcionários Francisco Luís Ribeiro Gomes, José Maria Ferreira Botelho e Manuel dos Santos da Silva Machado Pires galardoando e premiando os trabalhadores municipais pela sua assiduidade, dedicação, zelo, profissionalismo e espírito de causa. – **Este assunto foi retirado, devendo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.**--

Cedência de duas barracas – Campeonato Dressage Nacional

Ent. 4037 - Pedido do Centro Hípico da Ilha Terceira para a cedência de duas barracas, para a realização da prova de dressage do campeonato nacional, para deliberação do órgão executivo municipal nos termos do artigo 64, n. 4, alíneas a) e b) da lei n. 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela lei n. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou a cedência das barracas. Quanto ao transporte das mesmas, não será possível, devido à quantidade de eventos agendados.**-----

A Presidente tomou a palavra para falar da iniciativa “30 anos, 30 medidas”, referindo que a mesma visa quatro objetivos chave que são, recuperar e implementar medidas de

valorização e salvaguarda do património material e imaterial, tornar Angra uma cidade mais acessível e turisticamente mais apelativa, tornar Angra uma cidade mais verde e ecológica, e ensinar o valor de Angra a nível local e externamente, estando todas elas já em desenvolvimento.

No caso do primeiro objetivo, a Presidente enumerou as medidas que passam pela recuperação e adoção do brasão original; o tributo à Ribeira dos Moinhos, nomeadamente a requalificação dos troços, que já foi feita; criar um regulamento de boas práticas nos imóveis do centro classificado que preveja a atribuição de prémios financeiros para as melhores intervenções; levantamento de diversos aspetos degradados da estatuária pública e a sua correção; a construção do centro interpretativo de Angra Património Mundial; criação do gabinete de apoio ao munícipe de intervenção na zona classificada; a questão da isenção do IMI nas zonas classificadas e, no dia 7, uma cerimónia a marcar os 30 anos.-----

Para os outros objetivos estão previstas diversas campanhas a serem desenvolvidas na cidade para sensibilizar as pessoas nas ruas a esclarecerem factos sobre a cidade e a sua história; a universidade pretende estabelecer uma resposta académica para explicar pequenas curiosidades sobre o património; desenvolvimento de eventos para que as pessoas conheçam a sua cidade; geminação com varias cidades para promover o turismo; parceria com a SATA quer para o carnaval, quer para as Sanjoaninas; a adesão à União das Cidades Património Mundial; criação de um procedimento para exploração do espaço público com bicicletas e veículos elétricos; reflorestação do Monte Brasil; uma serie de palestras com as pessoas que foram personagens da classificação; concurso de vídeo Angra-Património Mundial; criação de um áudio-guia para smartphones; criação de uma banda-desenhada/cromos para que os miúdos se interessem pelas figuras da história; exposição de fotos “Antes e depois”; obras no Teatro Angrense; teatro de rua nas esplanadas; reedição dos livros “Filósofos de Rua” “ Alma da Nossa Gente” e “Angra Cidade Transatlântica”; esclarecimentos sobre história de Angra nas escolas; plano de melhoria de acessibilidades e mobilidade; criação de merchandising sobre a cidade património mundial; promoção e divulgação da cidade a nível nacional.---

A Presidente explicou que o objetivo era apresentar as ideias por assunto começando no dia seguinte e continuando por toda a semana, realçando que este é um trabalho de todo o elenco da Câmara Municipal.-----

A Vereadora Teresa Valadão aproveitou para perguntar se as placas sobre o Liberalismo desapareceram. A Presidente respondeu que as placas não eram da autarquia e que estavam a ser preparadas umas novas, em parceria com o Instituto Histórico para serem colocadas em diversos pontos da cidade. A Vereadora Teresa Valadão comentou existir um total desconhecimento por parte da juventude, bem como de muitos adultos, sobre a história da sua cidade, oferecendo-se de forma voluntária e gratuita, na sua condição de formadora didática de História, para trabalhar junto de professores e alunos no sentido de explicar Angra de uma forma ativa. A Presidente considerou uma ótima ideia, defendendo ser uma falha educativa a inexistência de uma disciplina de História local.-----

O Vereador Fernando Dias perguntou quanto tempo levaria a implementar todas as medidas. A Presidente respondeu que dependia de cada uma, dando como exemplo a reflorestação do Monte Brasil que poderá levar entre 5 a 10 anos, por se tratar de um processo lento, acrescentando que o Instituto Histórico acha que esse processo deve ser conjugado com as diferentes utilizações que aquele local já teve ao longo da história, como ser um espaço de whale watching em terra e funcionar como um parque da cidade. O Vereador Alonso Miguel alertou que mesmo que não ocorram grandes mudanças na Câmara Municipal é preciso que este plano seja assegurado pelos futuros executivos. A Presidente contrapôs que essa fidelização é necessária mas cabe a este elenco colocar as medidas cá fora e deixar ao critério de quem vier a seguir mudar o que entender, defendendo que o principal é que o trabalho desenvolvido por este executivo não caia em saco roto.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

O texto das deliberações tomadas na presente reunião foi aprovado, por unanimidade, em minuta, a fim de produzirem efeito imediato.-----

Angra do Heroísmo, 15 de julho de 2013.

A Presidente da Câmara Municipal,
